

II COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL
PORTO ALEGRE, UFRGS. 26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2008

INOVAÇÃO, PODER E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS RURAIS DO
BRASIL

Janine Vicente Dias

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, PB.

Professora da Universidade Estadual da Paraíba – Patos, PB.

Marc Piraux

Doutor em Agro-economia. Pesquisador do CIRAD – ES, França.

Professor Visitante da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

DA MEDIAÇÃO DOS DISPOSITIVOS COLETIVOS AO CONCEITO DE
CAPITAL SOCIAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS.¹

RESUMO

Desde a publicação da influente obra do cientista político Robert Putnam, *Comunidade e Democracia*, que o conceito de capital social vem ganhando espaço crescente nas discussões do campo da sociologia e da ciência política. Todavia, o uso do conceito requer um cuidado especial no que diz respeito à excessiva importância que lhe é atribuída, pois diante do entusiasmo pelas mais diversas aplicações em diferentes problemáticas sociais, pode este estar em situação de perigo no que concerne a seu valor heurístico. O presente trabalho se propõe a oferecer uma análise que permita entender melhor qual a arquitetura teórica que sustenta esta idéia tão em moda. De cunho epistemológico, se servirá de alguns autores que operam com requisitos do conceito de capital social, buscando sempre critérios categoriais próprios do pensamento sociológico, de forma a superar as concepções que se tem do conceito na sociologia econômica imediatista. É ainda uma tentativa de articular elementos teóricos que orientem a pesquisa em relação à mobilização coletiva das organizações e das redes sociais, enquanto atualizadores de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade e redistribuição.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura a partir de uma análise específica do conceito de capital social, fornecer pistas para o entendimento de algumas questões remetentes aos vários enfoques a que é atribuído. A profusão de trabalhos que permeiam a noção de capital social contribui para um alargamento do conceito, o que sustenta a idéia de que o capital social ocupa um lugar tanto na teoria sociológica como também na discussão cotidiana de possibilidades positivas da sociabilidade.

O uso do conceito requer um cuidado especial no que diz respeito à excessiva importância que lhe é atribuída, pois diante do entusiasmo pelas mais diversas aplicações em diferentes problemáticas sociais, pode estar ele em situação de perigo no que concerne a seu valor heurístico. De fato, o conceito mesmo abarcando processos outrora já discutidos pela teoria social e política, evoca a atenção não somente por tratar de fenômenos reais, mas por vezes se revelar como remediação imediata para os problemas sociais. Por isso, é fundamental que aqui se tenha uma visão crítica do

¹ Este trabalho desenvolve a revisão teórica sobre capital social e sua relação com as redes de organização, como requisito necessário para cumprimento de metodologia e cronograma do projeto de pesquisa IPODE, 2008-2009, apoiado com recursos do CNPq.

conceito de capital social, abdicando de seu caráter milagroso e considerando apenas suas facetas teóricas em questão. Sendo assim, o presente trabalho se propõe a oferecer uma análise que permita entender melhor qual a arquitetura teórica que sustenta esta idéia tão em moda. De cunho epistemológico, se servirá de alguns autores que operam com requisitos do conceito de capital social, buscando sempre critérios categoriais próprios do pensamento sociológico, de forma a superar as concepções que se tem do conceito na sociologia econômica imediatista, saindo assim do enfoque de estudos em que por vezes o capital social é utilizado estrategicamente como ferramenta para avaliar o potencial de desenvolvimento econômico ou desempenho cívico de certas comunidades ou regiões.

Para tal efeito, aqui serão apresentadas dentro do conhecimento do pensamento sociológico, primeiramente os procedimentos que nos permitem fazer do capital social um objeto teórico, verificando as principais questões norteadoras. Em seguida serão apresentados os trabalhos seminais ou fontes mais utilizadas na constituição da idéia de capital social – quais sejam definições elaboradas pelos teóricos como Pierre Bourdieu (1980) e James Coleman (1988), principais referências no que tange a utilização do conceito enquanto instrumento de promoção social dentro do jogo político e econômico. Ambos são convergentes na idéia de que as relações sociais constituem um patrimônio eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. O ponto problemático na análise dos dois autores radica no conhecimento ou desconhecimento de perspectivas sobre o poder, nas quais o conflito, em sua forma de lutas sociais desencadeadas, seja por exclusões econômicas e/ou lutas identitárias, dentre outros, converte-se em fator que define as relações sociais. A partir dessa perspectiva apresentamos a geral utilização do conceito utilitarista de capital social que só promove a produtividade e esquece os problemas de distribuição da riqueza social. Daremos continuidade ao debate com os trabalhos originais de outros autores, selecionados aqui pela alta recorrência de seus nomes em referências bibliográficas, a exemplo do teórico Robert Putnam (2007) que aliado ao pressuposto liberal de Coleman vincula seu conceito e usos de capital social a uma idéia “normativa do bem” (HIGGINS, 2007, p. 254), isto é, o fundamental é que tudo aquilo que constitui capital social (estruturas sociais e sistemas de participação política) contribuam na construção de uma boa sociedade. Ressaltando que o “bem” a ser buscado, para os dois autores, é um predicado anterior às instituições, a boa sociedade será resultado do respeito às liberdades individuais, sejam estas de iniciativa econômica e de produtividade, e aos valores cívicos, que serão estampados nas instituições.

A idéia aqui é apresentar uma reflexão para que se possa melhor compreender os motivos que fizeram do capital social ferramenta de divulgação entre técnicos de instituições multilaterais e formuladores de políticas públicas e, bem como apresentar uma proposta para o uso do conceito a partir de uma “nova” direção, que seja a retomada da concepção de Bourdieu (1980), que amplia a discussão para o foco político e redes sociais, importante horizonte para se pensar na equidade social.

Relacionando a estas reflexões, cuidaremos a um só tempo de observar os arranjos ou os chamados dispositivos coletivos, compreendidos aqui enquanto redes de organizações configuradas a partir de relações de compromisso e normas de confiança. Foucault lhe tinha definido de forma espaçosa como um conjunto resolutamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, ordenamentos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas. O dispositivo ele mesmo, é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1975). Aqui, ele será considerado a partir das reflexões propositivas do capital social com o qual mantêm forte relação interativa, sendo visualizado de forma distintiva de acordo com relativas propostas analíticas do conceito de capital social. Por fim, consideramos pertinente a relação destes conceitos, visto que ambos se apresentam como disparadores associativos, que têm uma força direta no acréscimo qualitativo da comunicação entre os atores sociais, na produção de formas mais intensas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno de estratégias de inovação para o desenvolvimento local.

1. O CAPITAL SOCIAL COMO FUNDAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

“Desenvolvimento é o processo de ampliação da capacidade dos indivíduos fazerem escolhas, o que não é consequência automática do crescimento econômico”

Amartya Sen

Um número crescente de estudiosos, como Amartya Sen (2000) e Augusto de Franco (2005), entre outros, defendem a hipótese de que o desenvolvimento não resulta essencialmente do crescimento econômico. Augusto de Franco, por exemplo, em seu texto “Desenvolvimento e Capital Social” (2005, p. 14) destaca que:

[...] Crescimento não é a mesma coisa que desenvolvimento e desenvolvimento não é apenas desenvolvimento econômico.

Esses autores consideram o crescimento econômico uma variável importante, condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento. Destacam que o conceito de ‘desenvolvimento’, deve ser acentuado enquanto transformação social, que acontece de forma diferenciada de acordo com o contexto: social, econômico, tecnológico; e com os atores envolvidos direta ou indiretamente no processo. Assim, o desenvolvimento difere segundo a percepção dos atores, do contexto e nas diferentes expressões da cultura que informam e influenciam o modo de organização desses atores em relação ao contexto em que se inserem. Nesse sentido, para Sabourin (2006) é preciso procurar alternativas a partir do homem como ponto de partida e chegada, reinventando uma economia mais humana, trabalhando com soluções enraizadas naquilo que os homens possuem de melhor e de menos repartido: os valores humanos e o seu potencial em produzir laços sociais. Bonaïuti por sua vez, lembra os dispositivos coletivos como proposta de produção a mais bens relacionais. São “bens dos quais não podemos gozar isoladamente, mas apenas mediante uma relação entre aquele que oferece e aquele que demanda” (Bounaïut 2001, apud SABOURIN, 2006, p. 82).

Desta forma, o conceito de capital social vem responder à necessidade de ampliar a perspectiva econômica a partir da qual se definem os objetivos do desenvolvimento (Portes, 1998). Entendido neste âmbito como o conjunto de relações (pessoais, sociais e institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas e organizações visando a um determinado fim, tem na sua raiz processos que são a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação. Implica a habilidade de pessoas e grupos em estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir transações por meio de associação, da administração, da compra e da venda conjunta, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações.

E aí se justifica o número de estudos e de iniciativas de políticas públicas que se apóiam na exploração da sociabilidade como antídoto contra o individualismo e a ineficiência burocrática, buscando no filão do conceito de capital social a mobilidade operacional para seus interesses e referências. Um dos eventos que demonstram esse interesse crescente na sociabilidade, enquanto fator de desenvolvimento é o projeto do Banco Mundial² denominado “The initiative on defining, monitoring and measuring social capital”³ (The World Bank, 1998). A proposta de trabalho faz parte de um movimento, no interior do Banco Mundial, que procura implementar um novo paradigma que “integre fatores sociais, culturais, econômicos e institucionais”. Institucionalmente, o Banco Mundial diz estar interessado em incorporar as considerações sobre capital social dentro de seu projeto de empréstimo e consultoria em políticas públicas. A equipe de trabalho da “Iniciativa Capital Social” identifica três objetivos gerais com os quais se compromete o Banco: a – avaliar o impacto de iniciativas que fortalecem o capital social dentro de projetos específicos; b – demonstrar que a assistência externa pode ajudar nos processos de formação de capital social; c – contribuir para desenvolver indicadores que monitorem o capital social e metodologias para medir seu impacto no desenvolvimento. Este exemplo serve para destacar como se fazem grandes investimentos na busca por construir uma arquitetura conceitual e uma metodologia prática que permitam entender as relações

² A partir dos anos 1990 o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: capital natural, capital financeiro, capital humano e capital social – que expressa, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas a produção de bens coletivos. Segundo o Banco, o capital social refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade.

³ Com o auxílio do governo da Dinamarca, num montante de um milhão de dólares, foi formada uma equipe especial de funcionários e consultores externos chefiados por Ismail Serageldin, vice-presidente do departamento de Desenvolvimento Ambiental e Socialmente Sustentável.

entre entorno sócio-institucional e desempenho econômico. O caso do Banco Mundial, aqui referenciado, mostra as novas tendências da ciência econômica por se aproximar dos fatos sociais, numa tentativa de se afastar do paradigma neoclássico comandado pelos preços e os mercados.

Podemos aqui perceber, propondo uma síntese, que a maior parte das estratégias para a promoção do desenvolvimento está agora estruturada em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* (entendido como a capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão ou *dispositivos coletivos*. Isto associado com alguma forma de *distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo do conhecimento. As mudanças que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social é que devem viabilizar o desenvolvimento de uma forma consistente e sólida.

É importante aqui atentar-se a estas incursões do capital social, para não cair na tentação de aditar louvores ao conceito ou criticá-lo diante de certas evidências presentes na farta bibliografia, é necessário primariamente concebê-lo sob a ótica de conceitos-chaves da teoria social, a exemplo de conceitos como ação social, integração social, racionalidade, para perceber o que o conceito revela, suas possibilidades e limitações. Este modelo conceitual deve ser compreendido à luz de sua construção teórica, e não a partir de enfoques explicativos utilizados nos mais diversos discursos que tanto o largueia como paradoxalmente, o confina a uma sociologia imediatista. Aqui ainda apresentamos algumas questões que nos permite tomar certa distância, necessária, para problematizar um debate sobre esta formulação conceitual:

- ❖ Até que ponto a denominação capital social promove uma leitura reducionista das relações sociais, na lógica custo/benefício própria das relações de mercado?
- ❖ Sob a ótica de conceitos-chave da Teoria Social, como por exemplo: ação social, ator social, que potencialidades e limitações se revelam no conceito de capital social? Este parece como um conceito explicativo, descritivo ou normativo?

2. NOTAS INICIAIS PARA UM DEBATE SOBRE CAPITAL SOCIAL

Aqui inicialmente apresentamos dois enfoques que impulsionaram o conceito de capital social, com o resumo de seus principais argumentos. Em seguida fixamos o elenco de alguns sociólogos e cientista políticos que ampliam a literatura sobre capital social, para munidos das diferentes acepções, identificarmos as principais coordenadas deste amplo projeto epistemológico. Esta estratégia nos permite ressituar o conceito, isto é, ler de forma cruzada o potencial que lhe é atribuído e o lugar que ocupa no processo de reprodução material e imaterial da vida social.

2.1 AUTORES SEMINAIS

Em primeiro lugar, antecipamos que o conceito de capital social no domínio da sociologia se apresenta especialmente em dois autores centrais aos quais se deve aportes originais sobre o conceito. Em ambos pode ser enquadrada a idéia de que a sociabilidade é um recurso eficaz, produtivo, constituinte de um patrimônio “não visível” a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Neste sentido, as relações estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo, em que os movedores da ação coletiva são a confiança e a cooperação. Todavia, ao confrontar as teses destes autores seminais, é notória uma distinção na construção teórica do conceito que o amplia em dois enfoques: político e econômico-utilitarista. No primeiro caso, observa-se segundo algumas vertentes analíticas que há dessimetrias no que concerne à aquisição de recursos através das redes de relação social. No último, se parte da idéia de que as relações simétricas de troca permitem a obtenção de recursos que estão presentes nas estruturas de relação social.

PIERRE BOURDIEU: ENFOQUE POLÍTICO E ANÁLISE DE REDES SOCIAIS.

A discussão sobre o conceito de capital social é centrada numa variedade de interpretações do conceito original de Pierre Bourdieu. Nos seus dois artigos intitulados: *Le capital social: notes provisoires*, de 1980 e *Les trois états du capital culturel*, de 1979, o autor identifica três formas diferentes de capital: cultural, econômico e social, enfatizando os processos de acumulação e reprodução.

Na perspectiva analítica da teoria econômica, a atenção é voltada somente para o capital econômico, onde as relações de intercâmbios são reduzidas a trocas mercantis. As outras formas de trocas, por não serem econômicas ficam fora do campo de análise. Como alternativa a esta redução, Bourdieu propõe o desenvolvimento de uma ciência capaz de estudar o capital, entendido como poder, em todas as suas formas, por isso a identificação e apresentação do capital cultural e social. Para Bourdieu o capital social seria o “agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas” (Bourdieu, 1980, p. 2). Para ele são as relações sociais, específicas de cada sociedade, que permitem ao indivíduo obter os recursos, bem como a quantidade e qualidade desses recursos. Em seu artigo, Bourdieu (1980) expõe os tópicos gerais contidos na noção de capital social: 1 – o tipo de relações instauradas pelo reconhecimento e pela troca de bens materiais e simbólicos; 2 – o efeito multiplicador sobre outras formas de capital; 3 – os signos de reconhecimento que constituem os limites de grupo; 4 – as instituições que favorecem sua reprodução; 5 – a regulamentação interna para impor limites ao controle, concentração, concorrência e delegação dos indivíduos dentro do grupo. Bourdieu (1980) cita os seguintes exemplos de grupos dotados com capital social: família, clubes seletos, partidos, igrejas associações e nações. Destaca-se sua insistência nos problemas de concorrência entre indivíduos pelo controle e reprodução do capital grupal em sentido amplo (simbólico, cultural, financeiro), o mesmo que o espírito de corpo que atribui aos grupos dotados de capital social.

Este ativo impessoal oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais bem relacionados. Esta reflexão, que é chave para o primeiro entendimento do conceito de capital social, destoa dos enfoques de autores como Robert Putnam, Francis Fukuyama e James Coleman, que explicam o capital social como um bem comunitário, com grupos homogêneos de valores e interesses comuns. Entretanto, esta análise não atenta para a inequívoca distribuição de poder, nem a conseqüente reprodução das desigualdades sociais. Bourdieu por sua vez, permite entender que o capital social é um ativo repartido de forma desigual e as redes sociais, que vincula diversos indivíduos, não oferecem para estes, as mesmas potencialidades para obter recursos da mesma quantidade e qualidade. Esta perspectiva bourdieusiana abre caminhos para incorporar na discussão do capital social o conceito de redistribuição, ao invés da discussão única de reciprocidade, abordada pela maioria dos estudiosos do capital social.

Aqui é importante retomar os conceitos fundamentais de *habitus* e *campo*, formulados por Bourdieu, para de forma relacional refletir sobre a concepção de capital social também como uma categoria articulada no nível da objetividade e subjetividade. Bourdieu, em toda sua obra propõe uma análise social baseada no conhecimento praxiológico, da interrelação entre objetividade e subjetividade, visto sua recusa ao determinismo do estruturalismo e do voluntarismo substancialista. Para ele, a sociedade está estruturada a partir de campos (estruturas objetivas), que resguardam princípios de autonomia e interdependência, e que ao mesmo tempo, são uns para os outros, mas que podem se estranhar e criar zonas de questionamentos, com dimensões de conflitos. Estes tensionamentos, por sua vez, são administrados na própria dinâmica social. Os campos estão em constante relação com as chamadas estruturas incorporadas - *habitus*, definido como um sistema de disposições duráveis que orientam a vida dos indivíduos e fazem com que apreendam o mundo social. Através destas disposições os agentes percebem o mundo como evidente e o aceitam de modo mais amplo. Assim, quando o indivíduo se insere na sociedade e o faz numa determinada posição, que está estabelecida numa estrutura mais ou menos situada, este indivíduo deve conceber a vida social a partir da interiorização das estruturas que aí já estavam (família, escola, organizações), e o *habitus*, que deverá ser compartilhado está referenciado na posição que ele se coloca na sociedade. Há sempre uma relação importante entre *habitus* e posição, visto que as pessoas constroem *habitus*, que se reproduzem socialmente, a partir da posição que assumem nos diferentes campos.

Cada campo ainda se define por certos interesses específicos, e elege aquilo que é valor ou valores principais. O campo se articula em torno da disputa desses valores - o termo capital expressa

este valor - que é para os indivíduos objeto de desejo e motivação para se integrarem em busca deste bem naquele espaço. No entanto, os bens ou recursos são utilizados pelos indivíduos a partir de estratégias dentro da hierarquia social no campo, processo resultante da interação entre indivíduo e estrutura. Destarte, cada campo social é um espaço onde se manifestam as relações de poder, e que se estruturam a partir da distribuição desigual de um *quantum* (capital) social que determina a posição que cada agente ocupa em seu interior. (MARTELETO E SILVA, 2005). Assim, a quantidade de capital - somado nos diferentes campos, vai marcar a estrutura do campo, e os agentes que detém maior (dominantes) ou menor (dominados) peso de capital tendem a apresentar posturas distintas, que se reproduzem⁴.

É importante considerar que o capital social, com sua distribuição desigual, cria vantagens, desvantagens e toda uma gama de possibilidade e obstáculos que compõem os efeitos do campo, e assim garante a reprodução das posições de dominação dentro de cada campo de relações. O capital social, bem como as outras formas de capitais, possui sua própria dinâmica, que pode ser mais bem observada através da análise de redes sociais, que “são sistemas compostos pelos indivíduos e conexões entre eles - grupos, organizações - vinculados por algum tipo de relação” (MARTELETO E SILVA, 2005). Estas redes sociais não são dadas naturalmente, precisam ser formadas através de estratégias de investimentos, voltadas para a institucionalização destas relações, a ser utilizadas como fonte de confiança para a obtenção de outros benefícios. Para Bourdieu, os benefícios alcançados através da participação de grupo é o próprio fundamento que desperta a solidariedade, ou seja, é através de motivos e desejos de agentes mais ou menos próximos e a possibilidade de aquisição de bens de valor, que se dá a aproximação, a formação de grupos e suas relações de entendimento e compartilhamento de valores.

As diferentes formas de cooperação e de conflito são constantes nestas redes de socialização, devido à relação complexa entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas. O modo como o indivíduo se comporta é determinado por suas relações passadas e atuais com as outras pessoas. Deste modo, muitas vezes, os processos a que o conceito de capital social se refere revela-se facas de dois gumes, visto que parte-se da premissa de que as redes sociais podem produzir um maior controle dos comportamentos (devido à imposição de normas) e fornecer acesso privilegiado a recursos, mas, podem também restringir as liberdades individuais e até impedir que outros agentes - que estão de fora - tenha acesso aos mesmos recursos, através de preferências particulares. Portanto, o capital social, da forma que pode contribuir para inserção, pode também provocar a exclusão de novos participantes, já que existem regras e atitudes para o acesso a um grupo e seus recursos.

As redes sociais possuem determinações e leis próprias daquelas planejadas pelos indivíduos que a compõem, sendo que são os próprios indivíduos que mantêm essa estrutura estruturada e estruturante. Verifica-se assim que a análise do conceito de capital social feita pela mediação é muito mais complexa que a discussão única de seu caráter solidário e de princípios de reciprocidade.

JAMES COLEMAN: ENFOQUE ECONÔMICO E UTILITARISTA

Dentre os enfoques do conceito de capital social, destaca-se por referências freqüentes, a vertente teórica do sociólogo americano James Coleman, que utiliza o conceito como fonte para a promoção do capital humano. Com ele, em fins dos anos 1980, o conceito entra definitivamente na agenda acadêmica através de dois artigos que se tornaram clássicos. Num deles Coleman examina o papel das normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se nossas ações estão certas e erradas. As normas prescrevem ações, comportamentos – a norma de não comer carne de porco em algumas religiões, por exemplo.

Normas são internalizadas pelas pessoas e são referenciais para o que é certo ou errado. O não cumprimento de certas regras sociais normalmente implica sanções para o indivíduo, o que reforça a própria norma. Normas dão sentido à sociedade, orientam as ações, tornam previsíveis determinados

⁴ Todo campo possui uma dimensão simbólica e encerra uma luta diária entre dominantes e dominados, contornado pelo chamado poder simbólico, conceito chave usado para explicar como se estabelece o processo social de dominação, bem como sua reprodução.

comportamentos, conferem textura e densidade à sociedade. É nesse sentido que podem ser também definidas como um capital social – como um mecanismo de satisfação e completude para a vida social. Coleman também define capital por sua função: como qualquer capital, permite a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis. Entendido assim em termos funcionais é explicado em “todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a *função de servir como recursos para que os indivíduos atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses*” (HIGGINS, 2005, p. 33, grifo meu). Coleman examina dentro das estruturas sociais a existência de três formas de capital: as obrigações, lealdades e expectativas, os canais de informações e as normas sociais, analisadas à luz da perspectiva da escolha racional. As obrigações podem conter em si diferentes graus de reciprocidade, seja o exemplo: quando um indivíduo ajuda outro em sua colheita, esperando o mesmo favor futuro - reciprocidade obrigatória, ou lealdade. Os canais de informação servem para os indivíduos compartilharem informações em seu entorno social; e as normas, por sua vez, coíbem os comportamentos desviantes que enfraquecem o capital social.

Um bom exemplo do valor da reciprocidade e lealdade no entorno social são as associações comunitárias que se beneficiam com trabalhos de mutirão, em que membros têm oportunidade de dispor do bem primeiro, o que faz que os outros membros acreditem que seu trabalho será devolvido depois. E isso só é possível devido ao alto nível de confiança presente nas redes de cooperação – dispositivos coletivos, e na simetria dos grupos. Portanto, as estruturas sociais, providas do cálculo de interesses, se tornam recursos à disposição dos atores sociais. Coleman ainda reconhece a existência de diferenças entre estas estruturas sociais, que obedecem a diferentes motivos: as necessidades que levam os indivíduos a interagir com outros, a existência de fontes alternativas de recursos, o grau de afluxo desses recursos, a capacidade de gestão para obter ajuda, a coesão das redes sociais e a logística para contatos sociais. É neste sentido que Coleman afirma a existência de capital social, mas não problematiza a desigual distribuição de recursos, além do que existem campos sociais abertamente excludentes que impedem o acesso dos indivíduos ou grupos aos recursos que precisam.

É preciso destacar que o conceito de capital social de Coleman se converteu no uso dominante de tal conceito. É utilizado com frequência na sociologia da educação e no campo da sociologia econômica. Em pesquisas sobre mercado de trabalho, organizações produtivas, microempresas, entre outros, trabalham com a hipótese de que relações de confiança e reciprocidade melhoram a eficiência dos agentes econômicos. Sugere-se que o capital social funciona como redutor de custos e transações.

Apresentado os autores seminais do conceito de capital social - Bourdieu e Coleman, onde se observa, no primeiro, a aplicação do conceito de *habitus* e *campo*, enquanto categorias analíticas de mediação entre a realidade objetiva e subjetiva dos agentes sociais nos espaços permeados de capital social. Aqui, verifica-se a necessidade de operar com o conceito de *habitus* enquanto instrumento analítico, na tentativa de apreender a homogeneidade das disposições (gostos e preferências, valores, desejos e motivações) dos grupos (a serem) estudados em um espaço social. Portanto, acompanha-se Bourdieu na afirmação de que “é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital” (BOURDIEU, 1996, p. 29). Este enfoque político e relacional contrasta com a reflexão de James Coleman que aborda o conceito de forma utilitarista, funcional, em que a construção do espaço social (para ele sistema social) se dá na troca de bens e recursos, de forma racional, sem considerar quais motivações possuem os indivíduos a realizarem estas trocas mediadas por capital social.

2.2 CAPITAL SOCIAL – RECIPROCIDADE OU REDISTRIBUIÇÃO?

Na tentativa de aprofundar as opções práticas que ficam expostas nas posições teóricas de Bourdieu e Coleman, apresentamos a partir do raciocínio de Higgins algumas pontes conceituais, construídas por Polanyi sobre as relações entre economia e sociedade. Para Polanyi a economia, em sentido substantivo⁵, “é um processo instituído de interação entre o ser humano e seu entorno natural e

⁵ Polanyi diferencia os sentidos substantivo e formal da economia. Segundo ele o primeiro deriva da condição dependente do ser humano, de seu intercâmbio com o ambiente social e natural onde possa encontrar os meios materiais que satisfaçam suas necessidades. O segundo deriva da relação lógica meios-

social” (apud HIGGINS, 2007). A unidade e estabilidade que precisa é conferida pela institucionalidade, através de uma estrutura com funções definidas pela sociedade. Aqui é importante observar que a economia está envolta de instituições econômicas e não econômicas. Para compreender como as economias são instituídas é necessário reconhecer os diferentes modos como obtêm seus diferentes elementos unidade e interdependência. Polanyi distingue três padrões de integração, apresentados a seguir:

Quadro 1: Modelos de integração econômica.

	RECIPROCIDADE	REDISTRIBUIÇÃO	INTERCÂMBIO
Conceito	Simetria São movimentos entre pontos correlatos, de grupos que são simétricos.	Centralidade São movimentos de apropriação em direção a um centro e também para fora dele.	Mercado São movimentos de troca imediata entre indivíduos diferentes num sistema de mercado.
Exemplo	Em grupos humanos onde o sistema de parentesco fixa obrigações de socorro mútuo. ⁶	Em sociedades de caçadores nômades, em que exista uma divisão social do trabalho de caça - quem mata a presa está obrigado a reparti-la. ⁷	Em comércio, onde de forma relativamente pacífica se podem adquirir bens que não se encontram disponíveis na localidade imediata. O meio indireto de intercâmbio é o dinheiro.

Fonte: elaboração a partir de Polanyi (apud Granovetter, 1992).

Considerando os conceitos de Polanyi, analisam-se os problemas que levantam as diferentes perspectivas sobre capital social. No caso de Coleman, trata-se de uma leitura instrumental das estruturas sociais de interação, isto é, colocam-se em correspondência os modelos de intercâmbio e reciprocidade. Quando se fala de obrigações recíprocas, de troca de informações e de normas que inibem o comportamento que afetam a confiança e a reciprocidade, assume a premissa, que somente existem no mundo social as “regras do jogo” (instituições) que disseminam a reciprocidade e o intercâmbio. A idéia é de que a sociabilidade pode melhorar o papel das atividades econômicas lucrativas em populações desprovidas e vulneráveis. É traçada aqui um paralelo entre simetria e intercâmbio sem passar pela redistribuição, acreditando que o intercâmbio feito sobre normas de reciprocidade resguarda os problemas de redistribuição na grande escala social. Higgins suspeita que se trata de uma nova versão do liberalismo econômico, conservando as idéias de que: as relações do mercado acontecem numa sociedade onde os indivíduos são simétricos; o mercado é a forma mais eficiente de localizar os recursos produtivos; o mercado em si mesmo é o redistribuidor – mão invisível.

Bourdieu, por sua vez, leva em conta que o capital social, mesmo no sentido utilitário, é um ativo repartido em forma desigual. As redes sociais – dispositivos coletivos, às quais estão vinculados diversos indivíduos, não oferecem as mesmas potencialidades para obter recursos da mesma

fim. É a lógica que governa a escolha de meios, este é o sentido do econômico quando se fala de “economizar” – refere-se assim à situação de escolha induzida pela escassez de meios.

⁶ Nas sociedades complexas notam-se marcas de reciprocidade quando o direito civil obriga, de forma mútua, o socorro de pais e filhos – com alimentos.

⁷ Nas sociedades complexas, acontece quando o Estado obriga os agentes privados a pagarem tributos para logo situá-los onde as necessidades coletivas demandem.

quantidade e qualidade. Esta perspectiva abre caminhos para incorporar, na discussão sobre capital social, o modelo da redistribuição. Assim, entram em jogo as relações entre poder social e autoridade política como fatores que podem decidir sobre o modo, quantia, momento e lugar onde devem ser alocados os excedentes produzidos pela sociedade.

3. REPERTÓRIO DE AUTORES

As perspectivas anteriores são apenas pontas de um grande iceberg teórico que exige ser visto em toda sua dimensão. Falar de capital social é transitar no ambíguo limite entre o econômico e o social, é o novo ponto de encontro entre as ciências sociais e as ciências econômicas, tal e como ficou sugerido quando vimos que a sociabilidade havia se tornado um assunto dos economistas e dos técnicos em desenvolvimento. Mas em quais termos podemos formular o conceito de capital social? Para melhor explicitar o conceito ainda apresentamos algumas vertentes construídas por autores como Robert Putnam, Francis Fukuyama e Alejandro Portes.

Destacado como autor importante no desenvolvimento da noção sobre capital social, Robert Putnam⁸, com sua obra “Comunidade e Democracia” (2007)⁹, apresenta o conceito da idéia de comunidade cívica, que seria a base fundamental para o bom desempenho das instituições governamentais em regiões da Itália moderna. Seguidor de um enfoque sócio-cultural acredita que o sucesso ou fracasso das instituições livres depende do caráter dos cidadãos. O conceito de comunidade cívica se define pela igualdade política dos cidadãos, com direitos e deveres igualitários. Esta comunidade está unida por laços de cooperação e reciprocidade, e não por relações de dependência. As normas e valores da comunidade cívica são reforçados por estruturas e práticas específicas. Neste sentido, as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo, pois estas inculcam em seus participantes hábitos de cooperação e solidariedade.

O conceito de capital social, em Putnam, se torna importante por ser a fonte de onde nasce a influência mútua que se expressam nas diferentes formas de associações da comunidade cívica. Assim, o capital social é apresentado de forma mais descritiva, como um conjunto de características de uma organização civil, sejam estas: confiança, normas e reciprocidade, que atuam em ações coordenadas. Para ele, assim como James Coleman, as normas são de grande utilidade, já que servem de elo de controle das ações dos atores. A análise de Putnam sobre capital social em relação ao conceito de comunidade cívica, explica a idéia de que os estoques de confiança, normas e participação tendem a ser acumulados e a se reforçar mutuamente. Dessa forma são criadas virtudes coletivas que desencadeiam certa equidade social, com elementos de cooperação, reciprocidade, civismo e bem estar social, que são as principais características que definem a comunidade cívica.

Muito próximo da perspectiva de Putnam está um dos trabalhos mais recentes de Francis Fukuyama (2000). Autor do “Fim da História” começa por questionar as múltiplas definições de capital social. Em seu conceito confundem-se as manifestações com o que é o capital social em si mesmo. Para tentar sair desse conflito, assume a seguinte definição: “capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos” (Fukuyama, 2000, p.1). Neste sentido, as normas que constituem o capital social abarcam um espectro que vai desde a reciprocidade entre dois amigos até as doutrinas complexas e articuladas como o cristianismo e o confucionismo. O que importa é que a norma seja posta em andamento numa relação atual entre duas pessoas. A partir desta definição, tudo aquilo que é associado ao capital social – confiança, redes de trabalho, sociedade civil – é um epifenômeno resultante dele, mas que não o constituem como tal.

A função econômica do capital social consiste aqui em reduzir os custos de transação próprios da coordenação formal, dos contratos, hierarquias, regras burocráticas, etc. Ações coordenadas podem existir em grupos com baixo capital social, mais isto incrementa os custos

⁸ Aqui se fez a opção de apresentar de forma breve o sociólogo Robert Putnam, por sua conexão com o autor James Coleman. É a partir do trabalho de ambos que a perspectiva coletiva do capital social ganha força, bem como a idéia de que por ser um recurso pode ser fortalecido e acumulado.

⁹ A obra acima mencionada é um estudo minucioso sobre o desempenho das instituições públicas na Itália entre 1970 e 1990, e que visou acompanhar o processo de implantação pioneira da descentralização administrativa naquele país.

transacionais de negociação, tais como monitoramento e a negociação jurídica. Já a função política do capital social numa democracia moderna consiste em fazer contrapeso ao vício do excessivo individualismo, ou seja, ao fato de dedicar ocupação excessiva com assuntos privados e da família em detrimento do compromisso em assuntos públicos.

Já os estudos de Alejandro Portes partem de uma reflexão crítica do conceito. Para ele, a grande controvérsia que envolve o conceito de capital social tem sua raiz no fato de que é aplicado a problemas em diferentes níveis de abstração e a que seu uso teórico leva em consideração diferentes unidades de análise. Neste sentido, salienta que tanto Bourdieu quanto Coleman focalizam sua atenção em indivíduos ou pequenos grupos.

De acordo com Portes (2000), Bourdieu trabalha o conceito de capital social de forma instrumental, pois considera que as pessoas constroem suas relações levando em conta os benefícios que obteriam posteriormente. Desta forma, o capital social é um recurso em diferentes níveis: de controle social, de benefícios mediados pela família e de benefícios mediados por redes não-familiares. A obtenção de trabalhos, comissões e créditos são exemplos do último nível. Coleman, por sua parte, presta atenção especial ao capital social entendido como fonte de controle social, devido à observância das normas. Amparado em autores clássicos da sociologia – Durkheim, Marx, Weber e Simmel, no referente dinâmica de grupos, Portes identifica de forma interessante, quatro fontes de capital social para interações de pequena escala.

FONTES ALTRUÍSTAS DE CAPITAL SOCIAL	FONTES INSTRUMENTAIS DE CAPITAL SOCIAL
<p>1-Doação de recursos sem o indicador de obrigação moral (presentes dos pais aos filhos, esmolas aos pobres). Estes gestos estão sustentados em valores interiorizados durante o processo de socialização;</p> <p>2-Doação de recursos a outros sem ter solidariedade com os membros do mesmo território, etnia ou comunidade religiosa. Esta fonte não está baseada em valores gerais, mas em lealdades particulares para algo importante ao grupo (bolsas para jovens, tempo para conselho de trabalho).</p>	<p>1-Transações recíprocas, de cara a cara, que implicam a total expectativa de um retorno proporcional ao benefício compartilhado.</p> <p>2-Recursos de transações inseridas em estruturas sociais amplas que atuam como garantia de que haverá um retorno de parte dos beneficiários aos doadores ou à comunidade em geral. (Fundos Rotativos Solidários – sistema de crédito sem fiador, na confiança de que o controle comunitário serve de garantia.</p>

Fonte: elaboração a partir de Portes (2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado um conceito novo para uma preocupação há muito existente. O capital social não é uma idéia nova: a de que o envolvimento e a participação de indivíduos em grupos pode gerar benefícios individuais e coletivos. Autores clássicos da sociologia, a exemplo de Emile Durkheim, já apresentava a idéia de integração social, onde explicava que seria na vida coletiva que a sociedade encontraria o remédio para a anomia social ¹⁰. Se ousarmos imaginar Durkheim operando com o conceito de capital social, certamente ele o converteria do enfoque de racionalismo econômico de James Coleman, visto sua posição rigorosa em relação ao utilitarismo antropológico que sustenta o domínio científico da economia política:

¹⁰ Na obra Da divisão do trabalho social (Durkheim, 1995) faz uma análise das diferentes formas de integração social, apelando às corporações como método para combater a anomia própria da sociedade industrial. É um dos poucos estudos sociológicos que busca compreender a coexistência das exigências próprias do processo da produção industrial com aquelas da integração social.

A economia política [...] é uma ciência abstrata e dedutiva, que não está ocupada em observar a realidade, mas construir um ideal mais ou menos desejável; porque o homem do qual falam economistas, esse egoísta sistemático, não é mais que uma razão artificial. O homem que nós conhecemos, o homem real, é muito mais complexo: ele pertence a uma época e um país, ele mora em qualquer lugar, tem família, um país, uma crença religiosa e umas idéias políticas. (Durkheim, 1970, p. 85 [1888] apud Bourdieu, 1997).

Na sua crítica ao utilitarismo, Durkheim remete-se a valores que vão além do racionalismo econômico, desvendando à luz valores da cultura humana em suas diferentes manifestações. Por isso a ênfase atribuída à intuição de Pierre Bourdieu em seus escritos provisórios sobre capital social. Neles se pode ver o esforço por superar a forma estreita como a economia entende o capital – dinheiro em todas as suas formas, propriedade, lucro, deixando de verificar a existência de outras variáveis, outras formas de troca social. A proposta aqui é abordar as redes sociais como processos multifacetados, fenômenos sociais a serem estudados em toda sua complexidade e não somente como função no sistema social.

Todavia, m primeiro momento, pode-se aqui concluir que no estudo do conceito de capital social, é a perspectiva utilitarista ainda a mais utilizada, chave de explicação para a experimentação de novas estratégias de desenvolvimento em comunidades carentes. Sustentada na reflexão de que uma maneira integrada de agir, baseada na confiança e cooperação é base para a reciprocidade e o bem estar social, não se dá conta de que a sociedade em questão é permeada de poder, nas quais o conflito, em sua forma de lutas sociais desencadeadas pela própria hierarquia social - geradora de diversas formas de exclusão - é uma importante variável para o debate da redistribuição. Volta-se, aos escritos provisórios sobre capital social de Bourdieu e seus outros conceitos como proposta alternativa de compreensão do agir coletivo, de construção da vontade comum – em termos de poder.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Le Capital Social: notes provisoires*. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n.31, p. 2-3. 1980.

_____. *Le champ économique*. Actes de La Recherche en Sciences Sociales, n. 119, p. 48-66, 1997.

_____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

COLEMAN, James S. *Social capital in the creation of human capital*. American Journal of Sociology, v. 94, Supplement, p. 95-120, 1988.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Naissance de la prison. Paris, Gallimard, 1975.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. What is social capital. Disponível em www.ifm.org. Acesso em 2007.

GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, R. (Eds.). *The sociology of economic life*. San Francisco: Westview Press, 1992.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos, 2005.

MARTELETO, Regina; DE OLIVEIRA E SILVA, Antonio. *Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. Ciência da Informação: Brasília, DF, 33.3, 2005.

PORTES, Alejandro. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 33, 2000, pp. 133-158.

_____. The two meanings of social capital. Sociological Forum, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2000.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução: Luís Alberto Monjardim - reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SABOURIN, Eric. Renovação dos instrumentos de desenvolvimento e extensão rural: reflexões sobre métodos e políticas públicas. In: IX Congresso da Fazer, Aracaju, 2006.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.